



## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

### Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	31/12/17	31/12/16
<b>Ativo circulante</b>		<b>62.777</b>	<b>22.157</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.657	10.913
Títulos e valores mobiliários	6	5.202	5.616
Contas a receber de clientes	7	27.881	5.733
Impostos a recuperar	5	5	32
Despesas pagas antecipadamente	5	5	5
Outros ativos	21	1	1
<b>Não circulante</b>		<b>255.727</b>	<b>262.697</b>
Depósitos judiciais	9	9	—
Imobilizado	8	255.674	262.624
Intangível	9	44	73
<b>Total do ativo</b>		<b>318.498</b>	<b>284.854</b>

### (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/17	31/12/16
<b>Passivo circulante</b>		<b>57.348</b>	<b>28.206</b>
Empréstimos e financiamentos	10	12.000	11.930
Fornecedores	11	24.555	1.537
Salários, férias e encargos sociais		42	46
Impostos e contribuições sociais a recolher		2.090	1.110
Dividendos declarados - Partes relacionadas	14.1	11.526	6.535
Provisões de constituição de ativos	12	6.995	7.005
Outros passivos		140	43
<b>Não circulante</b>		<b>75.194</b>	<b>86.715</b>
Empréstimos e financiamentos	10	71.128	81.961
Provisão para contingências	13	35	35
Provisões de constituição de ativos	12	4.031	4.719
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>185.956</b>	<b>169.933</b>
Capital social	15	126.744	126.744
Reservas de lucro		59.212	42.189
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>318.498</b>	<b>284.854</b>

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	31/12/17	31/12/16
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>126.744</b>	<b>126.744</b>
Lucro líquido do exercício	—	—
Reserva legal	1.376	—
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	(10.001)
Transferência para reserva de lucros	—	19.606
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>126.744</b>	<b>126.744</b>
Lucro líquido do exercício	—	—
Reserva legal	1.051	—
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	(1.051)
Reversão reserva especial de dividendos não distribuídos	—	(1.455)
Transferência para reserva de lucros	—	14.972
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>126.744</b>	<b>126.744</b>

### (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucro acumulados	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>126.744</b>	<b>2.017</b>	<b>28.736</b>	<b>158.957</b>	<b>158.957</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	27.517	27.517	—
Reserva legal	1.376	—	—	—	(16.536)
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	(10.001)	—	—	(19.606)
Transferência para reserva de lucros	—	—	19.606	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>126.744</b>	<b>3.393</b>	<b>38.341</b>	<b>169.933</b>	<b>169.933</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	21.014	21.014	—
Reserva legal	1.051	—	—	—	(4.991)
Dividendos declarados - partes relacionadas	—	—	(4.991)	—	—
Reversão reserva especial de dividendos não distribuídos	—	(1.455)	1.455	—	(14.972)
Transferência para reserva de lucros	—	—	14.972	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>126.744</b>	<b>4.444</b>	<b>54.768</b>	<b>185.956</b>	<b>185.956</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS:

A Usina Paulista Que luz de Energia S.A. é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Que luz - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Que luz - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. A Usina encontra-se localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala L, São Paulo - SP. A ANEEL através da Resolução Autorizatória nº 139/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Que luz pela empresa Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Que luz de Energia S/A através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para Alupar Investimento S/A. A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 12 de agosto de 2011, através do Despacho nº 3.284, foi liberada a unidade geradora UG2. Em 07 de julho de 2012, através do Despacho nº 2.236, foi liberada a unidade geradora UG1. A Companhia passou a contar com uma instalação total de 30 MW, cuja geração efetiva atende o despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS - responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização de exploração da Usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 08 de março de 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes foram apresentadas de forma clara e objetiva. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

#### 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ajustes de valorização e de desvalorização. **3.2 Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas alterações de valor principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer no cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração é o aumento de risco de não efetuar análise individual sobre as contas pagadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventos de redução de valor, o que pode ocorrer em ativos financeiros (impairment). Os ativos são considerados recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge. **3.2 Provisão para redução ao provável valor de ativos de longo prazo:** A administração realiza anualmente o balanço patrimonial líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base no método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda bruto líquido dos custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa - UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a uma taxa de redução ao provável valor de recuperação de ativos e impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes concorrentes e interessadas, ajustado por custos de transação. Quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.8 Tributação:** **3.8.1 Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas são apresentadas sob o custo de venda. **3.8.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes:** O imposto de renda e contribuição social - Correntes: O imposto

#### de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda é aplicada a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais, e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.10 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. **3.11 Reconhecimento da receita:** **3.11.1 Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. A Companhia registra no mês de competência uma estimativa contábil do faturamento. A emissão do documento fiscal dar-se-á até o final da primeira quinzena subsequente ao mês de competência. **3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, que são reconhecidas pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

#### 4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS:

**4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotá-las de forma antecipada. **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** CPC 47/IFRS 15 - Receitas de contratos com Clientes - Referência à convergência do IASB sobre reconhecimento de receita; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; - CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Referência ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - Referência à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial - Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019; A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/17	31/12/16
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>29.657</b>	<b>10.913</b>
Número disponível	5.900	191
Aplicações financeiras	23.757	10.722

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% a 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2017, à mesma média apresentada em 2016.

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

	31/12/17	31/12/16
<b>Circulante</b>	<b>5.202</b>	<b>5.616</b>

Essas aplicações financeiras referem-se à constituição de conta reserva definida nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES, com característica de baixa liquidez e baixo risco de crédito, com remuneração efetiva do CDI de 100,8% em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

#### 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	31/12/17	31/12/16
<b>Circulante</b>	<b>27.881</b>	<b>5.733</b>

Suprimento de energia elétrica

#### 8. IMOBILIZADO:

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa	31/12/16	Adições	Transfe- rências	31/12/17
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	0%	5.039	—	—	5.039
Reservatórios	2%	172.898	—	2.622	175.508
Educações	2%	28.085	—	498	28.583
Edificações	3%	88.507	48	308	88.863
Veículos	14%	450	—	—	450
Móveis e utensílios	5%	59	—	1	60
<b>Em curso</b>					
Total do custo		298.532	179	—	298.503
Depreciação	(35.700)	(7.129)	—	—	(42.829)
Reservatórios	(19.504)	(3.876)	—	—	(23.380)
Edificações	(3.104)	(620)	—	—	(3.724)
Máquinas	(12.926)	(2.566)	—	—	(15.492)
Móveis e utensílios	(156)	(64)	—	—	(220)
Outros intangíveis	—	—	—	—	—
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>262.624</b>	<b>(6.950)</b>		<b>255.674</b>

#### 9. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa	31/12/16	Adições	31/12/17
<b>Em serviço</b>				
Software	20%	85	85	85
Outros intangíveis	6%	128	—	128
<b>Total do custo</b>		<b>213</b>		<b>213</b>
Amortização				
Software	(78)	(3)	(81)	(162)
Outros intangíveis	(62)	(2)	(83)	(147)
<b>Total da amortização</b>		<b>(140)</b>		<b>(169)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>73</b>		<b>44</b>

#### 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

		Circulante	Não circulante - Principal
<b>Insti- tuções</b>	<b>Venci- mento</b>	<b>Taxa</b>	<b>Encar- gos</b>
BNDES	01/01/25	1,93%	231
BNDES	01/01/25	2,22%	52
FINAME	15/07/18	3,00%	—
			<b>283</b>
			<b>11.717</b>
			<b>12.000</b>
			<b>11.930</b>
			<b>71.128</b>
			<b>81.961</b>
			<b>92.750</b>
			<b>58.349</b>
			<b>67.215</b>

**Recursos captados junto ao Banco Itaú BBA S/A:** Os recursos relativos ao FINAME referem-se à cédula de crédito bancário, celebrada em 26 de junho de 2013, o objeto é o financiamento da aquisição de um caminhão modelo ATRON 2729 K30, cujo montante original financiado é de R\$ 192, pelo subcrédito A, com taxa fixa de 3% a.a., equivalente a 0,246627% a.m. O prazo de financiamento é de 54 parcelas com amortização inicial em 17 de fevereiro de 2014 e vencimento em 15 de julho de 2018. Este contrato não estabelece condições restritivas. **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:** Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado é de R\$ 114.647, corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010. Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0478.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado é de R\$ 27.716, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de julho de 2010. Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes da receita Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A. Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a) de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do no mínimo 1,2, apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

### Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

#### (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/17	31/12/16
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>16</b>	<b>78.429</b>
<b>Custos operacionais</b>		<b>17</b>	<b>(46.242)</b>
Compra de energia elétrica		(12.727)	(4.135)
Custos dos serviços prestados		(26.897)	(4.655)
Depreciação e amortização		(7.118)	(6.784)
<b>Lucro bruto</b>		<b>8 e 9</b>	<b>31.687</b>
<b>(Despesas) Receitas operacionais</b>		<b>17</b>	<b>(1.956)</b>
Administrativas e gerais		(558)	(567)
Pessoal		(347)	(420)
Depreciação e amortização		(40)	(45)
Honorários da diretoria e conselho		(1.011	